

Fragmentos de História e Composições Etnológicas: Marcas Indígenas nos Caminhos das Minas

Fragments of History and Ethnological Compositions: Indigenous Marks on the Mine Paths

*Marcel Mano¹ 

Resumo

O artigo se apoia em dados marginais da história para reconstruir um problema etnológico: a classificação cultural de grupos indígenas mencionados nas fontes do século XVIII nas regiões dos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essas sobras, garimpadas ao longo de uma vasta documentação, tal como ensina o paradigma indiciário, são reveladoras de alguns equívocos e distorções da antropologia e história indígena regional. A partir do reconhecimento de homologias entre essas sobras e sinais oriundos de outros domínios, como a arqueologia e a etnologia, o artigo problematiza e relativiza a filiação Tupi atribuída a alguns dos grupos mencionados nas fontes. Lidos à luz da etnologia contemporânea, os dados documentais ganham nova inteligibilidade e apresentam fortes indícios para uma revisão interpretativa de antigas versões.

Palavras-chave: Índios no Brasil; Antropologia, Arqueologia e História; Etnologia e história indígena.

Abstract

The article relies on marginal data of history from to reconstruct an ethnological problem: the cultural classification of some indigenous groups cited in the sources of the eighteenth century in the regions of the current Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. These remains collected from a vast documentation as indicatory paradigm teaches, reveal some mistakes and distortions in regional anthropology and history. From the recognition of homologies between these leftovers and signs from other domains, as the archaeology and ethnology, the article questions and relativizes the Tupi affiliation attributed to some groups mentioned in the sources.

Keywords: Indians in Brazil; Anthropology, Archeology and History, Ethnology and indigenous history.

¹ Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em História (PPGCS e PPGHI-INCIS-UFU, Uberlândia, MG, Brasil). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0373-104X>.

[....]

De repente, o José Malvino, estancando o animal, curvou-se para examinar qualquer coisa no chão.

- Que é que você está olhando, José?

- É o rastro, seu doutor... Estou vendo o sinal de passagem de um boi arribado. A estrada-mestra corta aqui perto, aí mais adiante. Deve ter passado uma boiada. O boi fujão espirrou, e os vaqueiros decerto não deram fé... Vigia: aqui ele entrou no cerrado... Veio de carreira... Olha só: ali ele entrou mais devagar.

- Mas, como é que você pode saber tudo isso, José? – indagou Santana surpreso.

- Olha aí: o senhor não está vendo o lugarzinho da pata do bicho? Pois é rastro de boi de arribada. Falta a marca da ponta. Boi viajado gasta a quina dos cascos... Eles vêm de muito longe, vêm pisando pedra, pau, chão duro, tudo... Ficam com a frente da unha roída... É diferente do pisado das reses descansadas que tem por aqui...

[....]

De brusco, no tope do outeiro que íamos galgando, surgiu um cavaleiro, caído do sol. [...]

Cumprimentou e indagou:

- Não viram um boi magro, passeando por aí?

José Malvino informou:

- O rastro dele está quentinho. Aí adiante, no lugar adonde o senhor ver, desta banda de cá, bem na beira da estrada, um angico solteiro, em antes de um pé de araticum emparelhado com os dois barbatimãos abraçados, pois foi aí mesmo que ele embocou no mato [...]

(ROSA, 2015, p. 171-172).

Introdução

José Malvino era um “camarada analfabeto”, guia de viagem e mateiro, mas, “no seu campo e para o seu gasto, pensava esperto”. Foi assim que Guimarães Rosa caracterizou essa personagem. Não pela sua fisionomia, mas por um espírito movido pelo conhecimento empírico. A seu modo e no seu meio, José Malvino serve de metáfora para o caçador indígena habituado, ele também, a seguir e interpretar rastros de suas presas. Em ambos talvez se trate do que Lévi-Strauss (2010) definiu como “ciência do concreto” ou, mais além, como o “pensamento em estado selvagem”: que associa homologamente restos, vestígios ou sobras para reconstruí-los num todo significante.

Marcas de cascos no chão, traçados das estradas e caminhos, fragmentos do terreno e da vegetação foram suficientes para José Malvino inferir boiada, boi fugido, boiadeiros e destino do fujão. O mesmo vale para o caçador indígena, para o qual pegadas, fezes, trilhas etc. servem de sinais para indicar a espécie animal, seu tamanho e para onde seguiu. Parece evidente aí o exercício de um pensamento que retira sua substância das qualidades sensíveis dos objetos para alçar, por meio deles, uma visão totalizante. Neste caso as propriedades sensíveis dos objetos servem de “ferramentas conceituais para depreender noções abstratas e encadeá-las em proposições” (LEVI-STRAUSS, 1996, p. 11), numa “lógica [que] trabalha um pouco à maneira do caleidoscópio, instrumento que também contém sobras e pedaços por meio dos quais se realizam arranjos estruturais” (LÉVI-STRAUSS, 2010, p. 52).

Ao ler e interpretar símbolos que os doutores nem sequer reconheciam, o mateiro analfabeto e o caçador indígena procediam, salvo exagero, à mesma forma de pensar conhecida na filosofia moderna como lógica analítica – formal – indutiva. Alardeada no século XVII como o novo instrumento do raciocínio e alçada à método, o uso dessa lógica prolongou sobre novos horizontes a forma de proceder do pensamento do mateiro e do caçador. Afinal, como estes, os cientistas fragmentaram a realidade, passaram de um destreço a outro por semelhanças, homologias e causalidades entre eles, e concluíram pelo geral a partir da análise das partes e das relações delas entre si. Se a partir daí a ciência moderna passou das causas às consequências, foi necessário primeiro ir do conhecido (os efeitos) para o desconhecido (as leis). Para sermos justos, neste ponto temos então de concordar novamente com Lévi-Strauss (2010), o primeiro a mostrar que do ponto de vista lógico não há diferença entre o “pensamento em estado selvagem” e o “pensamento domesticado”, a não ser em relação ao objeto ao qual se aplicam. Mas para ser mais justo, se a lógica analítica – formal – indutiva usada nas ciências naturais fragmentou o mundo sem reconstituí-lo no todo novamente; para o pensamento concreto em estado selvagem se trata de recompor fragmentos num todo pleno de sentido.

Exceto pelo objeto e por essa obsessão de totalidade, parece ser idêntica a linha de pensamento lógico colocada em exercício. Quando o alcance desse procedimento atingiu as ciências humanas, Ginzburg (1989) o definiu como “paradigma indiciário” e de bom grado mostrou o seu uso em diferentes ofícios: na história da arte, na investigação policial, no diagnóstico médico, na análise psicanalítica, na prática venatória, na linguagem divinatória, no ofício do historiador, e mesmo do antropólogo. Em todos, a inferência começa com um significante, uma particularidade fragmentada que, associada a outras e dispostas em conjunto, passa a indicar quadros inteligíveis mais amplos. Em cada caso, essas singularidades podem ser sintomas, signos pictóricos, atos inconscientes e simbólicos, detalhes sutis de cenas criminais, pegadas de cascos ou quaisquer outras marcas escritas ou não; porém, em comum, são pistas cujas funções significativas não estão em cada uma delas isoladamente, senão nas relações de associação entre si. Em outras palavras, o objeto dessa reflexão são dados marginais, residuais, detalhes aparentemente insignificantes sobre os quais repousam “termos reveladores” (DUBY, 1988, p. 136-137) que permitem “ir do desconhecido ao conhecido à base de indícios” (GINZBURG, 1989, p. 179).

Em um campo particular das Ciências Sociais, o da Antropologia histórica, esse método obteve sucesso ao permitir a construção de uma história da alteridade invisível nos documentos e nos discursos hegemônicos; tais como povos indígenas, classes trabalhadoras, camponeses, mulheres, negros etc. Foi no veio de um dos legados da história social de Bloch e Lefebvre, a de aproximação entre Antropologia e História, que se desenvolveu mais tarde o “paradigma indiciário”. O próprio Ginzburg (1996), em seu trabalho mais conhecido, analisou os documentos de um período da história moderna italiana a partir da perspectiva antropológica da alteridade. Ao seguir os rastros de um moleiro do Friuli perseguido pela Inquisição, ele reconstruiu a visão de mundo e o modo de vida de um homem comum do século XVI.

O encontrado renovado entre Antropologia e História aportou também na história indígena e etnologia brasileira e aqui, como alhures, deu novos rumos para ambas as disciplinas. A combinação de materiais e perspectivas de ambas as áreas deu atenção aos povos indígenas como sujeitos históricos e políticos e permitiu, à etnologia,

pensar as estruturas culturais na história e, à história, propor uma “nova história indígena” etnograficamente orientada (CUNHA, 1992; MONTEIRO, 2001).

É este o argumento-base deste artigo. Seu material são sobras ou restos esquecidos pela história e garimpados numa vasta documentação produzida ao longo do século XVIII sobre as regiões dos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Seu foco é um dos povos indígenas quase completamente desconhecido pela etnologia e história regionais: os Araxá, homônimo da cidade localizada na região do Alto Paranaíba - MG. E se aqui “[...] a realidade é [também] opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177) pois, neste caso, apesar das poucas menções até agora conhecidas, há nelas resíduos muito reveladores. Dispostos em relação entre si e a um quadro etnográfico mais amplo, eles permitem pensar dois problemas, um de ordem da história e outro da etnologia. Em face disso, este artigo pretende exercitar uma leitura de base semiótica e interpretativa de detalhes aparentemente insignificantes e dispersos dentro da documentação histórica a fim de colocá-los à luz de um quadro etnológico mais amplo; como o mateiro, que ao associar pegadas de boi a outros fragmentos, deles tentou inferir boiada.

Álibis

As primeiras pistas históricas sobre grupos conhecidos por Araxá não são nada animadoras. As mais antigas são álibis; e as subsequentes parecem ser infundadas. A primeira notícia ao termo foi dada em 1636 durante uma expedição liderada por Antônio Raposo Tavares. De acordo com copiosa documentação, essa expedição não foi direcionada aos atuais Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mas ao Tape, atual região central do Rio Grande do Sul, onde entrou no “sertão dos índios Araxãs”. Desde o período pré-colonial essa foi uma área ocupada eminentemente por grupos Guarani, aos quais os Araxãs foram então associados. “O Tape [...] era todo o centro do atual estado do Rio Grande do Sul. Os indígenas que ali habitavam também eram guaranis em sua generalidade, guenoas, charruas, tapes, araxãs, guananas, carijó, caaguas e outros” (FRANCO, 1989, p. 413).

Essa informação é confirmada pela biografia de dois sertanistas que morreram acompanhando aquela expedição. “Pascoal Neto [...] falecera em 1636 na bandeira de Antonio Raposo Tavares ao sertão dos Araxãs, no sul brasileiro” (FRANCO, 1989, p. 272), e Brás Gonçalves “[...] acompanhando a bandeira de Antônio Raposo Tavares, faleceu no sertão dos carijós chamados Araxãs” (FRANCO, 1989, p. 190). Se lembrarmos que carijó era um termo genérico usado nos séculos XVII e XVIII para denominar índios guaranis escravizados (MONTEIRO, 1994, p. 16-17), as pistas levam aos Araxãs do Tape como grupo associado à família linguística Tupi-Guarani do tronco Proto-Tupi. De acordo ainda com Monteiro (1994, p. 61), os Araxá - Guarani foram encontrados no XVII não apenas no Tape: “[...] O sertão dos Patos, localizado no interior do atual estado de Santa Catarina, era habitado por grupos guarani, identificados, entre outras, pelas denominações Carijó, Araxá e Patos”.

Por deslocar a investigação de uma cena para outra, o quadro assim desenhado não tem sentido se analisado sozinho. Apenas em relação à informação de um ilustre naturalista do século XIX é que ele despista. Quando em 1819 Auguste de Saint-Hilaire (1934) passou pela cidade de Araxá em sua viagem pelas nascentes do rio São Francisco ele não mencionou origem indígena alguma. Ao invés disso, com base em informações

colhidas entre a população, afirmou: “A descoberta da zona em que atualmente está Araxá e das águas minerais que existem na vizinhança, são devidas a negros fugidos” (SAINT-HILAIRE, 1934, p. 221). E quanto à toponímia, concluiu:

É bem possível que o nome de Araxá fosse dado ao país por esses paulistas aventureiros que outrora percorreram o interior do Brasil com tanta audácia e que derive dos termos guaranys *ara e echá*, coisa que olha para o dia (SAINT-HILAIRE, 1934, p. 223)

Portanto, não existiram índios Araxá na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, e a presença do termo se explicou pelo uso do nheengatu ou língua geral pelos paulistas em suas entradas aos sertões. Se existiu um povo indígena Araxá, estes estavam associados aos Guarani do sul do Brasil.

Como se não bastasse, os álibis se alimentaram de mais dois elementos. O primeiro, oriundo da observação de Saint-Hilaire, levou, como acima mencionado, aos negros fugidos. O segundo, produto das relações de contato, levou à construção de um índio genérico. Como se sabe, desde o início do XVIII, as regiões a oeste de Minas, cruzando o alto rio São Francisco e a Serra da Canastra em direção ao atual Triângulo Mineiro e sul de Goiás, proliferaram uma enorme quantidade de quilombos. Em 1769, um sertanista relatou:

Parti de Piauhy [Piumhy] seguindo o rumo do norte [...] dois dias de jornada cheguei a estância de São Simão e [...] desde esta estância de São Simão até a demarcação de Sam Paulo e Goiás [...] sabia de sete quilombos. (PAMPLONA, 1769a)

Essas comunidades foram descritas como “grande povoação dos mesmos pretos [...] com bananais, laranjeiras [...] e muito algodão” (FARIA, 1770); “algumas 500 ou 600 pessoas [...] seis alqueires de milho”; “e havia um que só ele tinha mais de duzentos” (PAMPLONA, 1769b).

Com base nessas fontes, confirmadas pela arqueologia dos quilombos (GUIMARÃES, 1990), negros fugidos atingiram ainda no século XVIII a serra da Canastra e Alto Paranaíba, o que corrobora com a afirmação de Saint-Hilaire. E ainda que o encontro entre negros e índios nessa região tenha sido inevitável, como atestam os documentos (FRANCO, 1989, p. 312; PAMPLONA, [s. d.]) e trabalhos mais recentes (MANO, 2015), o uso do termo genérico Cayapó dominou o debate. Relacionadas entre si, as pistas indicavam a inexistência de um grupo indígena Araxá.

Porém, ao lançar o olhar sobre dados marginais de algumas fontes e relacioná-los a um quadro mais amplo, pode-se considerar o termo Cayapó uma construção colonial de etnicidade. Aliás, essa foi uma constante durante todos os períodos de contatos entre os povos indígenas e os não-índios, de tal modo que a etnologia contemporânea sabe hoje que, senão todos, a maioria dos termos usados para se referirem a esses grupos não podem ser considerados propriamente etnônimos, mas exônimos. Essa certeza levanta sérios problemas em relação à credibilidade que se pode dar às categorias coloniais, elas mesmas dotadas de dispositivos de saber-poder, e é por isso que os termos usados na documentação para classificar grupos indígenas têm de ser obviamente relativizados e colocados em relação ao conhecimento etnológico atual. É o caso aqui, entre outros, do termo Cayapó, usado pela primeira vez em 1723 por

Antônio Pires de Campos para se referir a grupos localizados no sul de Goiás (CAMPOS, 1976, p. 180-181). Esse termo devia corresponder não a um grupo, mas à categoria de índios independentes, não catequisados, que se interpunham violentamente às incursões dos não índios na região. E a própria etimologia do termo parece confirmar.

Há, hoje, um consenso na etnologia de que parte desses grupos Cayapó sejam os atuais Panará ou Kreen-Akarôre, contatados nos anos 1970 às margens do rio Peixoto de Azevedo no norte de Mato Grosso (EWART, 2013; GIRALDIN, 1997; TURNER, 1992). A considerar que esse grupo fala uma língua da subfamília Jê Setentrional que inclui, além dos Panará, os Mebengokré, os Suya, os Apinayé e as línguas Timbira, fica claro pensar que Cayapó fosse mesmo uma construção exógena porque, etimologicamente, é um termo Tupi cuja tradução correspondente a algo “como macaco” (TURNER, 1992, p. 311). Portanto, o seu uso para designar grupos Jê só pode mesmo ser uma construção. Cunhado dentro das condições pragmáticas e simbólicas nas quais se deram os contatos, o gentio Cayapó foi, no XVIII, aplicado indistintamente a grupos indígenas que, independente de etnia, se colocavam como obstáculos nos caminhos das minas. A respeito da generalidade do termo, um autor do XIX escreveu: “Estava o nome ‘Cayapós’ tão vulgarizado n’outro tempo nas Províncias de S. Paulo, Goiás e Minas, que se dava indistintamente ao índio que ali aparecesse qualquer que fosse sua raça” (OLIVEIRA, 1973, p. 492).

Essa é uma pista importante. Ela coloca em dúvida todos os supostos alibis até aqui apresentados para concluir a inexistência, na região, de um grupo indígena conhecido nas fontes por Araxá. Afinal, por trás do termo Cayapó podia se esconder uma plêiade de outros grupos. Essa foi a brecha para a continuidade das investigações. Ao voltar a olhar uma ampla documentação histórica, marcas esparsas começaram a aparecer em defesa dessa tese. Inicialmente de maneira indireta quando, no auge das guerras ofensivas contra os índios no atual Triângulo Mineiro e sul de Goiás, as autoridades mandavam atacar o “Gentio bárbaro da nação Cayapó, e os mais que infestam o caminho das minas [...]” (MASCARENHAS, 1896, p. 168).

Se era então para atacar não apenas os “Cayapó”, mas “os mais”; então “tinha caroço debaixo desse angu”. Com a investigação reaberta, a peregrinação conduziu a pistas diretas que, embora superficialmente, nominavam outros grupos indígenas nessa região, entre os quais os Araxá. Na segunda metade do XVIII um sertanista escreveu do quartel do rio dos Dourados, afluente do Paranaíba: “[...] como hei de conquistar, aldear e povoar uma conquista com treze homens, estas tão [ilegível] com quatro nações de gentios por nomes de suas nações Cayapó, Araxás, Puxavante, Xiquiabá e os q’ mais temo” (PAMPLONA, 1781). Quatro décadas antes o administrador dos contratos das entradas das minas de Goiás avisava sobre os “[...] insultos que continuam dos Gentios Cayapó e Acroassû nos caminhos que entram para as minas de Goiás” (AZEREDO, 1747). Embora sejam marcas ainda opacas, quando postas em relação à etnologia elas ganham um pouco mais de nitidez. Ao traçar homologias entre sinais oriundos dos domínios da história e da etnologia percebe-se como a maioria dos termos utilizados na documentação para se referirem aos grupos indígenas (Cayapó, Xavante, Xakriabá e Akroá) podem ser identificados modernamente como grupos indígenas da família dos Jê. O Cayapó, além de relacionar-se com os Panará – grupo dos Jê Setentrionais –, é uma língua homônima da família Jê do Tronco Macro-Jê, e os Akroá, hoje extintos, eram falantes da língua Akuen

(APOLINÁRIO, 2003, p. 86), mesma língua falada pelos Xakriabá e Xavante, também considerada uma língua da família Jê do Tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 2002).

Em face desses dados um quadro geral começou a se desenhar, mas, nele, ainda não se encaixavam os Araxá. Por terem desaparecido muito cedo da documentação não tiveram a sua língua descrita e, muito menos, a oportunidade de serem observados pela etnologia. Por isso ainda pairam dúvidas e incógnitas que foram o solo fértil para provas inconsistentes. Sem apoio documental e sob inspiração do indianismo romântico, surge no século XIX uma lenda narrada pela tradição oral sobre a destruição dos Araxá (LENDA..., 2020). Conhecida como “lenda de Catuíra”, ela narra a traição de um guerreiro – Ibaopi – contra o grupo. Ele, apaixonado pela filha – Catuira – do chefe – Andaia-Aru –, não teve seu amor correspondido e, como vingança, delatou à administração colonial a localização do grupo que foi atacado e dizimado por Ignácio Correia Pamplona. Nesta lenda, o “sertão dos Araxás” foi delimitado entre os rios das Velhas (atual rio Araguari) e o Quebra Anzol, afluentes do Paranaíba, e os índios Araxá considerados um grupo descendente dos Cataguás.

Uma mata virgem com caça abundante e água excelente. Assim era o sertão dos Araxás, tribo descendente dos Cataguás, famosa por defender ferozmente o seu cobiçado território. Durante mais de um século, entre os rios das Velhas e o Quebra Anzol, esses índios imperaram como senhores absolutos da terra, evitados pelos capitães do mato (LENDA..., 2020).

Sem checar as fontes, a partir do final do XIX essa informação foi reproduzida por memorialistas e pela historiografia regional. Nessa tradição, os Araxá eram um “bloco dos cataguás” e “dominavam vasta zona até o Triângulo Mineiro” (JOSÉ, 1965, p. 15).

[...]. Pois os Cataguases, desde eras remotas tendo-se subdividido em Bambui [...] denominaram-se araxás, isto é, aqueles que habitam lugar alto donde primeiro se avista o dia. Vieram pela serra que posteriormente recebeu o mesmo nome, alojaram-se próximo à mata virgem e às águas minerais e se tornaram senhores absolutos [...] do território entre os rios Quebra Anzol e das Velhas, que ficou sendo conhecido por Sertões dos Araxás (PONTES, 1970, p. 19)

Ainda que este fio possa ser rastreado, há duas razões para não o seguir: a ausência de fontes confiáveis e o indicativo de pistas falsas. A primeira quis fazer crer que os Araxá, por serem descendentes de grupos documentalmente nominados de Cataguá, já eram conhecidos na região desde o início do XVII quando “Lourenço Castanho Tasques esteve em 1608 no sertão dos cataguás [...]”. Essa expedição foi a primeira a falar nos índios araxás” (PONTES, 1970, p. 33). Embora de fato expedições saídas de São Paulo pela serra da Mantiqueira tenham levado dois sertanistas de nome Lourenço Castanho Tasques (o velho em 1669, e o moço em 1676) a atacar grupos Cataguá no vale do rio Grande (FRANCO, 1989; RIBEIRO, 2008), não há evidências nem citações de fontes diretas ou indiretas de índios Araxá durante esses assaltos, mas tão somente “Cataguases”. Ainda em relação às associações entre os Cataguá e os Araxá, e essa é a segunda razão para não seguir essa pista, há provas inconclusivas que apontaram os Araxá como um grupo Tupi. Um dos mais respeitados memorialistas da

história regional escreveu: “O índio araxá procedia do tremembé que por sua vez tinha a sua ascendência no cataguá oriundo do Tupi” (PONTES, 1970, p. 34).

Os efeitos dessas provas são sentidos ainda hoje pois, de forma acrítica, a lenda da Catuíra e as deduções dos memorialistas continuaram a ser reproduzidas. Em notícia jornalística relativamente recente sobre os antigos habitantes da cidade de Araxá, ao menos duas marcas levaram da lenda à história e desta à notícia. Dizia a reportagem: “Foi o bandeirante Lourenço Castanho Taques quem deu as primeiras notícias sobre a existência dos índios araxás na região. A tribo foi dizimada pelo capitão de campo Ignácio Correia de Pamplona” (CIDADE..., 2009), o mesmo sertanista que, na lenda, foi responsável pelo suposto destino dos Araxá, sem que para isso haja prova documental. Durante o período que este sertanista atuou nos sertões das minas, ele documentou de maneira abundante ataques e destruições de vários quilombos, cujos exageros já o colocaram sob suspeita de superfaturamento de suas ações. Apesar disso, a não ser de maneira indireta e superficial, ele mencionou os Araxá e a documentação referente, apesar de bastante vasculhada, não revelou sinal algum de ataque e/ou destruição que Pamplona tenha feito a esse grupo indígena.

Além disso, o efeito atual daquelas provas foi ter parte do patrimônio arqueológico indígena regional atribuído, às vezes erroneamente, aos Tupi. E, finalmente, outro efeito aparece no processo de etnogênese indígena na região.

Definida a partir de processos diversos de transformações políticas, culturais e identitárias de um grupo ao longo da história (BOCCARA, 1999, 2005), a etnogênese implica na capacidade criativa, adaptativa e organizativa dos índios como protagonistas históricos e agentes conscientes, capazes de colocarem em movimento novas formações sociais e cosmológicas – normatizadas ou não por dispositivos coloniais de criação étnica (BOCCARA, 2005). Como processo histórico e cultural, a etnogênese foi mais frequente do que se pode imaginar e ocorreu em diferentes momentos e espaços das histórias dos índios no Brasil (ALMEIDA, 2003; MONTEIRO, 2001; OLIVEIRA, 2016). Na região em foco, esse processo teve lugar tanto no passado como no presente. Quando, a partir de 1742, o governo incentivou o aldeamento na região do atual Triângulo Mineiro de indígenas pertencentes a diferentes grupos e partes da colônia (Bororo, Xacriabá, Pareci, Karajá, Javaé, Tapirapé) para combater os “Cayapó” (MANO, 2010), o resultado inesperado foi a formação de um índio novo, aldeado. Como sujeito coletivo em agenciamento histórico, esse grupo de índios aldeados se dirigiu, no século XIX, às autoridades na defesa de seus direitos. Em 1874, índios dos antigos aldeamentos coloniais de Santana do rio das Velhas e rio das Pedras, situados na Comarca do Paranaíba, se dirigiram ao Governo da Província de Minas Gerais em Ouro Preto para requererem a posse das terras que lhes foram concedidas por Carta Régia no ano de 1815, e que se encontravam invadidas. Embora reconhecidas legalmente, inclusive naquele processo (MATTOS, 2006), essas terras indígenas não existem desde pelo menos o início do XX, época em que é citada a última aldeia Cayapó - Panará na região de Frutal, no Triângulo Mineiro (BARBOSA, 1918).

Na atual Minas Gerais, são conhecidos pelo menos três processos contemporâneos de emergência indígena: um deles na região do Triângulo Mineiro; outro no Alto Paranaíba; e o terceiro na região centro-oeste do estado. Este último se refere aos Kaxixó (CALDEIRA, 2000) que, após um longo processo, conquistaram o reconhecimento formal como grupo étnico no início do século XXI. No Triângulo Mineiro, o Movimento dos Indígenas não Aldeados – MInA – congrega uma série de sujeitos que se autodeclaram pertencentes a diferentes grupos, entre os quais Kayapó,

Guarani, Kadiwéu, Terena, Tupinambá, Xakriabá, Bororo, entre outros, mas que ainda não obtiveram, ao contrário dos Kaxixó, seu reconhecimento formal, apesar da luta que ainda travam (FERREIRA FILHO, 2015). Mas é o movimento de emergência indígena na região do alto Paranaíba que nos interessa aqui mais de perto. Primeiro pelo fato deles se situarem na região de Araxá e se congregarem em torno da Fundação Andaia – nome do chefe Araxá da lenda de Catuira acima mencionada – aqui transformado em sigla para a Associação de Desenvolvimento e Intercâmbio Cultural Indígena da Região de Araxá. E, segundo, pelo fato desses indígenas se autodeclararem remanescentes dos Araxá e sustentarem uma narrativa de origem que remonta a antigas migrações dos extintos Cataguá desde o Rio São Francisco até o Alto Paranaíba²; e considerarem, ainda, o Tupi antigo como sua língua original³. No caso deste último grupo, e é por isso que aqui nos interessa, as semelhanças entre os discursos lendário, histórico, jornalístico e de reafirmação étnica são imensas e poderiam ser o desfecho para essa história que leva dos Tupi aos Cataguás e destes aos Araxá. No entanto, parece haver marcas profundas para pedir a exumação.

Como acima mencionado, a linha de investigação que leva dos Araxá aos Cataguá é muito frágil para ser seguida dado o desconhecimento atual de fontes confiáveis. Por isso, permanecerá insondada. Apesar disso, a pista que leva os Araxá e Cataguá ao encontro de grupos Tupi é questionável. Para isso, será necessário juntar homologamente restos, sobras ou partes de domínios diferentes, oriundos da arqueologia, da etnologia e da história indígena, e recompô-los num novo todo.

Marcas de Cascos

Desde pelo menos os anos 1980 existe um programa de pesquisas arqueológicas na bacia do rio Paranaíba que cobre sobretudo um afluente secundário do seu médio curso, o rio Quebra Anzol, que então dá nome ao Projeto (ALVES, 1992; 2013). A bacia desse rio corre por vários municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, entre os quais Araxá, antes de desaguar no rio Araguari, afluente meridional do Paranaíba. Foi pela localização do município na bacia desse rio que as fontes do XIX delimitaram o sertão dos índios Araxá entre os rios Quebra Anzol e das Velhas (atual Araguari). A considerar a superposição espacial é provável que os resultados das pesquisas arqueológicas possam sugerir pistas para pensar as ocupações humanas na região em relação ao quadro até agora usado para interpretar os Araxá.

Embora a cidade homônima não esteja na área de abrangência do projeto, a 52 Km a noroeste, no município de Perdizes, ainda dentro da bacia do Quebra Anzol, foram sistematicamente escavados dois sítios –Inhazinha e Rodrigues Furtado. Ao longo de mais três décadas de estudos os pesquisadores insistiram em duas questões. A primeira foi a longa profundidade temporal de ocupações por populações sedentárias, agricultoras e ceramistas datadas do século IX (ALVES, 2013, p. 105) ao primeiro quarto do XIX (MAGALHÃES, 2015). A segunda questão defendida foi uma continuidade cultural entre essas ocupações. Por meio da incidência de características

² Fala proferida pelo cacique dos índios Araxá Caracará-Uru durante Oficina “Os Índios na Cidade”. II Antropologia em Cena, promovido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia em 27/05/2019

³ Em entrevista o mesmo cacique expressou o desejo de “[...] ter um local onde poderíamos montar a nossa tribo e utilizar [...] conhecimento das línguas, como em Araxá, onde se falava o Tupi antigo [...]” (REMANESCENTES..., 2012, grifo nosso).

comuns entre os dois horizontes, constância de técnicas e motivos, distribuição geográfica e persistência temporal, os arqueólogos identificaram regularidades, elementos diagnósticos indicativos de que as ocupações humanas, embora temporalmente afastadas, eram de povos que compartilhavam uma certa homogeneidade, denominada tradição. Assim, após anos de pesquisas sistemáticas

[...] pode-se concluir [...] que as características da cultura material [...] dos sítios Inhanzinha e Rodrigues Furtado são compatíveis com o que já foi descrito para as populações pretéritas filiadas à tradição Aratu-Sapucaí. [...]

Os testes estatísticos e os estudos da matéria-prima confirmam a similaridade dos atributos da cultura material cerâmica entre as populações dos sítios Inhanzinha e Rodrigues Furtado. [...] Com isso, podemos inferir que, apesar da diferença temporal entre as duas populações, foi evidenciada uma continuidade cultural nos dois assentamentos. (MEDEIROS, 2007, p. 226).

De forma lógica, a profundidade temporal associada à continuidade cultural implicou no diagnóstico de uma tradição arqueológica comum identificada como Aratu-Sapucaí. Os elementos diagnósticos dessa tradição, compatível com os achados na bacia do Quebra Anzol, correspondem a grandes aldeias, enormes vasos piriformes, urnas mortuárias sem decoração, vasos duplos e cerâmica utilitária de acabamento rudimentar. Sobre os grupos humanos da bacia do Quebra Anzol concluiu-se que “empregavam a técnica ACORDELADA na montagem de artefatos cerâmicos, faziam uma cerâmica LISA, UTILITÁRIA e FUNERÁRIA. Desconheciam o polimento de superfícies cerâmicas. Empregavam apenas o ALISAMENTO” (ALVES, 1992, p. 37).

Se esses dados podem ter alguma validade é para começar a levantar barreiras nas relações diretas Araxá – Cataguá – Tupi. Embora as tradições arqueológicas não possam ser confundidas com culturas, existe um consenso na Arqueologia que a Tradição Aratu-Sapucaí, marcada pela presença de vasos geminados e cerâmica sem decoração, em estética escura e lisa; se diferencia nitidamente da Tradição Tupiguarani caracterizada por uma cerâmica de fino acabamento, de decoração pintada policrômica ou corrugada. Nesse sentido, as pistas arqueológicas indicam que, desde pelo menos o século IX até o período colonial, a bacia do Quebra Anzol foi ocupada por povos de uma tradição material que não era Tupiguarani.

Embora seja arriscado sugerir uma comparação entre os registros arqueológicos e o contexto colonial, neste caso existe a coincidência temporal. A ocorrência de zonas da tradição ceramista Aratu-Sapucaí no Quebra Anzol, datadas entre 1784 e 1825, cujos registros materiais indicavam influências de não-índios, como a base plana de vasos (MAGALHÃES, 2015, p. 272), coincide com dados da documentação que, com o uso do termo genérico Cayapó, registrou grupos indígenas Jê nessa região. Quando associadas, as marcas não parecem indicar uma área Tupi.

Apesar disso, e conforme a versão tradicional das origens e destinos dos Araxá, resta a possibilidade de o grupo ter penetrado tardiamente na região do Alto Paranaíba e ser um ramo dos Tupi. Foi fartamente documentada (FRANCO, 1989; TAUNAY, 1975) desde o século XVII uma forte pressão sobre os índios do sul mineiro, com ataques, escravização e extermínio de aldeias. De certo, essa situação limite levou a migrações e fugas que podem ter resultado numa rota em direção ao oeste alcançando o Alto

Paranaíba. Embora plausível, para confirmar a versão tradicional ao menos um desses grupos do sul mineiro tinha de ser Tupi para confirmar aquela versão.

Desde a bacia do Quebra Anzol em direção a leste estão os rios São Francisco, Paraobepa e das Velhas como suposto limite de ocupação dos Araxá. Em direção sul – sudeste estão o rio das Mortes e o Grande, e no limite sul-leste o Paraíba do sul. Nas fontes históricas disponíveis, há nessa região menções a vários grupos indígenas, entre os quais os Cataguá, Puri, Coroado e Crópo. À exceção dos Cataguá, que desapareceram da documentação ainda no século XVII, há um certo consenso em considerar os outros grupos como pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê. O Puri teve parte do seu vocabulário colhido no século XIX (TORREZÃO, 1889) e apesar de ser uma língua extinta, nas revisões taxonômicas foi considerada uma língua dentro da família linguística homônima (Puri) do Tronco Macro-Jê (RODRIGUES, 1999). O Coroado é igualmente uma língua da família linguística Puri (RODRIGUES, 1999) e, no atual estado de São Paulo, grupos igualmente tratados na documentação como Coroado também já foram identificados como grupos dos Kayngáng e Xoklém, pertencentes à família linguística dos Jê meridionais (MONTEIRO, 1992). Os Crópo também são classificados pela moderna etnologia (RODRIGUES, 1999) como a terceira língua da família linguística Puri. Como alertaram Spix e Martius (1938, p. 345-347) Puri, Coroado e Crópo pouco se diferenciavam entre si. Portanto, se os Cataguá fossem Tupi seriam uma mancha num vasto sertão de grupos pertencentes ao Tronco Linguístico Macro-Jê, que se estendia ainda para a oeste do Quebra Anzol, no atual Triângulo Mineiro, com a ocupação dos Cayapó.

Infelizmente, as informações até agora disponíveis não ajudam a solucionar de maneira definitiva a questão Cataguá. Como mencionado, eles desapareceram cedo da documentação e, por isso, nada se sabe sobre sua língua ou aspectos de sua cultura. O termo Cataguá, como Cayapó, pode ser exônimo, o que se explica pelo uso do *nheengatu* ou língua geral pelos paulistas em suas entradas. De certo houve um grupo que os paulistas denominaram Cataguá, mas na maioria dos documentos o termo aparece associado aos locais de achados de ouro que se fizeram no limiar do XVII: o sertão e as minas dos Cataguases. Ao longo do século XVII e início do XVIII, o termo se generalizou tanto em uso como em extensão, pois foi toponímia de todo sertão e regiões mineiras ao norte da serra da Mantiqueira.

Desde a primeira metade do século XVII foram notificadas explorações que, partindo do vale do rio Paraíba, procuravam transpor a serra e abrir caminhos para o atual sul mineiro. As primeiras tentativas documentadas são do período entre 1616 e 1632 quando Jacques Félix “[...] combateu índios guarumimis ou guarulhos puris e caetés que ficavam em território atualmente de Minas Gerais, na vertente de além Mantiqueira no alto Sapucaí” (FRANCO, 1989, p. 155) e mais tarde, em 1646, seu filho homônimo penetrou nesses mesmos sertões à cata de ouro por ordem do governador e administrador geral das minas (FRANCO, 1989). Alguns historiadores acreditam que já nessa época eles então tenham entrado em contato com os Cataguá (VASCONCELOS, 1934, p. 49), mas, apesar de provável, talvez o sucesso dessas tentativas tenha sido o de ter descoberto um caminho que desde o vale do Paraíba cortava a serra da Mantiqueira em direção aos rios Grande, das Mortes e das Velhas. Na coleção de notícias sobre os primeiros descobrimentos das minas de ouro escrita em meados do século XVIII pelo ouvidor-geral das minas de Ouro Preto, coleção conhecida como Códice Costa Matoso (1999), havia um “[...] caminho antiquíssimo que sempre seguiram as bandeiras dos sertanistas para o sertão dos Cataguases

até o fim do século de setecentos” (MATOSO, 1999, p. 277) e Antonil, em obra publicada em 1711, também fez referência ao “roteiro do caminho velho da cidade do Rio de Janeiro para as minas gerais dos Cataguás e do rio das Velhas” (ANTONIL, 2013, p. 189).

De acordo com copiosa documentação já publicada, seguindo provavelmente esse caminho descoberto na primeira metade do XVII, Lourenço Castanho Tasques (o velho) lançou a primeira bandeira aos Cataguá entre os anos de 1668 e 1670 (FRANCO, 1989; ELLIS JUNIOR, 1934; VASCONCELOS, 1934). Com base em documentos do setecentos e na antiga cartografia das bandeiras paulistas, Ellis Jr. (1934, p. 261) sugeriu que Tasques tenha “[...] entrado nas geraes pelo Sapucahy, junto ao qual começou a bater os Cataguazes”. O rio Sapucaí nasce em Campos de Jordão/SP e corre pela serra da Mantiqueira para desaguar na atual represa de Furnas, na bacia do Rio Grande. Assim, com base nas poucas pistas ainda visíveis na documentação, é possível concluir que os Cataguá ocupavam a região do baixo Sapucaí e alto Grande na região limítrofe entre os atuais estados de São Paulo e Minas Gerais, estendendo-se ao norte até o rio das Mortes.

Foi na região deste último rio que pistas opacas a respeito desses índios apareceram. Ao se referir às bandeiras paulistas que seguiam o caminho para as minas, Costa Matoso escreveu:

Entraram a conquistar desde São Paulo por esses lugares que hoje são vilas: Itu, Parnaíba, [Mogi?], Jacareí, Pindamonhangaba, Guaratinguetá, Piedade. Passando ao sertão, deram com uma aldeia neste distrito do Rio das Mortes, a que chamam Cataguases, onde prendendo muito gentio do beço e orelhas furadas (MATOSO, 1999, p. 218).

Sem mais sinais que contribuam para avançar na identificação, nessa descrição os “Cataguases” eram “gentio” que tinham “beços e orelhas furadas”. Essas marcas corporais, quando colocadas em relação à etnologia, permitem sondar alguns caminhos. O furo nos lábios não é apanágio de algum grupo cultural específico, mas há de se diferenciar neste caso dois tipos de adornos labiais: os que se assemelham a pedacinhos de pau colocados no lábio inferior de fora para dentro, e os que se assemelham a discos e são colocados por dentro do lábio inferior. Os primeiros – tembetá ou labrete – são difundidos entre grupos da família linguística Tupi-guarani, como os Guarani-Mbya da bacia Paraná-Paraguaiá, os Parakanã do interflúvio Tocantins – Xingu, e os Zo’é do norte do Pará; mas também são encontrados entre grupos Jê como os Xokleng, da família linguística dos Jê meridionais. Os segundos – discos labiais –, também conhecidos como botoques, são exclusivos de grupos do Tronco Macro-Jê, entre os quais os Kisêdjê, os Kayapó-Metutire, Menkrãnoti, Mebengokré, Xikrin, entre outros, e, na documentação histórica referente às minas, os Botocudos, dos quais parte dos remanescentes são os Krenák, falantes da língua Borun do grupo Macro-Jê. Assim, tomado isoladamente e sem mais indícios a respeito, não se pode deduzir se os furos nos lábios dos “Cataguases” eram de tembetás ou botoques.

O mesmo ocorre isoladamente para a segunda marca corporal: o furo na orelha. Os adornos auriculares, embora apareçam em grupos Tupi, como os Tupinambá do litoral (METRAUX, 1979, p. 98-99), são muito mais comuns entre grupos de diferentes famílias linguísticas do Tronco Macro-Jê; tais como Kayapó, Krahó, Timbira e Kisêdjê, grupos dos Jê setentrionais; Rikbaksá, grupo da família linguística homônima do Tronco

Macro-Jê; Xavante e Bororo, grupos dos Jê centrais; e os “Coroado” – grupos Kayngang e Xokleng dos Jê meridionais. Em alguns desses grupos, os furos auriculares, tal como os labiais, são para o uso de botoques, cujas marcas associadas são nitidamente Jê.

Sobre esse aspecto há de se considerar então dois elementos. O primeiro foi o fato dos “beijos e orelhas furadas” terem sido marcas da diferença dos Cataguá em relação aos paulistas antigos. O segundo, decorrente do primeiro, era de que “lábios e orelhas furadas” chamavam a atenção. Ora, se a convivência e às vezes a ascendência dos próprios sertanistas era com índios Tupi-Guarani, por que “beijos e orelhas furadas” iriam chamar tanto a atenção a ponto de ser indicado como um diferenciador do grupo atacado no rio das Mortes? Neste caso, talvez se tratasse mesmo de grupos Jê, nos quais o uso de botoques labiais, associado às vezes aos botoques auriculares, deixam marcas evidentes e imediatamente reconhecíveis. Soma-se a isso outro fragmento, pois o “beijo e orelhas furadas” é do “muito gentio” que a bandeira aprisionou.

Durante o período colonial o termo gentio foi usado para fazer referência à índios independentes, não catequizados ou civilizados. Nos sertões das minas, todos os grupos indígenas que se opuseram às entradas foram designados pelo termo gentio e a eles associada uma série de características que os diferenciavam dos índios “administrados” e, por isso, contra eles também se voltou a política indigenista de extermínio e escravização (KARASCH, 1992, p. 397–410). Eles eram os gentios bárbaros, inimigos, traidores, ferozes, imundos, selvagens etc., e a oposição entre eles e os outros índios foi ainda alimentada pela divisão Tupi – Tapuia. Construída por grupos de língua Tupi ou Guarani, Tapuia foi referência genérica para outros grupos indígenas (MONTEIRO, 2001) e esteve associada no período colonial a uma distinção linguística, na qual Tapuia eram grupos de língua travada, diversa da geral (CARDIM, 1980, p.103), e/ou a uma distinção nós - outros, na qual Tapuia equivalia à categoria de contrário ou inimigo dos Tupi (VASCONCELOS, 1977, p.109). Na região das minas o termo gentio foi largamente associado aos diversos grupos Jê, como Puri, Cropó, Coroado, Botocudo e Cayapó que durante certo tempo foram sérios obstáculos ao avanço dos não índios pelos sertões. Neste caso, não só porque os Cataguá foram bravos e violentos defensores de seus territórios nos primeiros contatos (RIBEIRO, 2008), mas por associação desta com outras marcas, é provável que esse gentio não fosse um grupo Tupi.

Assim sendo, a associação de “gentios” com “beijos e orelhas furadas” carregam elementos suficientes para começar a distanciar os Cataguá, dos quais supostamente descendem os Araxá, de uma filiação Tupi (PONTES, 1970, p. 34) e aproximá-los dos grupos Jê (JOSÉ, 1965). Se as marcas dos Cataguá já estão muito apagadas para se inferir do boi uma boiada, e se “para sair do sertão é preciso entrar nele”, o jeito é embrenhar-se na documentação à procura de marcas da passagem dos Araxá para ver se, com elas, se pode iluminar melhor a questão.

Estradas e Paisagens.

Acessar informações específicas numa vasta documentação histórica é “procurar agulha no palheiro”. Não fosse por si desestimulante, a leitura antropológica da documentação procura, ainda, as sobras e os esquecidos pela história. Mas catadores são colecionadores de relíquias e caçadores de recompensas, para os quais a documentação pode ser um valioso garimpo.

Isso significa que apesar da lista quase infindável de documentos e de trabalhos históricos e antropológicos sobre os índios nessa porção do continente, são ainda raras citações aos Araxá. À exceção de menções ligeiras, até agora só vieram a público três documentos com informações diretas sobre esse grupo na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Dispostas cronologicamente eles cobrem um período de apenas cinco anos, de 1749 a 1753, mas contêm sinais reveladores.

Enquanto os Cataguá foram mencionados no caminho velho que levava do vale do Paraíba ao sul mineiro pela serra da Mantiqueira; os Araxá apareceram no caminho que passava mais a oeste e ligava São Paulo à Vila Boa de Goiás, cruzando o atual norte de São Paulo, Triângulo Mineiro e sul de Goiás. Entre as três fontes, duas são cartas, uma ao rei D. João V (NORONHA, 1749) e outra ao rei D. José (NORONHA, 1751), nas quais o governador de Goiás mencionava “[...] o gentio arachá, que vivia sobre a passagem do rio Grande no caminho que vai para São Paulo”. A localização do grupo era, portanto, na região limítrofe entre os atuais estados de São Paulo e Minas Gerais, próximos ao caminho de Goiás descoberto pelas bandeiras paulistas trinta anos antes. Nessa região, e conforme as próprias fontes, os Araxá estiveram em contato tanto com não índios como com outros índios.

Embora as pistas sejam insuficientes, as relações com os não índios parecem ter-se dado tanto de forma pacífica como violenta. No terceiro documento, a Provisão do rei ao governador de Goiás de 1753, D. José encerrou afirmando que “[...] quanto à crueldade que com eles praticou João Leme, mando tirar devassa” (NORONHA, 1751). Parece então evidente que sertanistas tenham lançado sobre os Araxá uma guerra ofensiva de escravização. Talvez por essas novas condições pragmáticas o grupo tenha tentado uma forma pacífica de relação com os não índios. Tanto nas duas cartas do governador (NORONHA, 1749, 1751) como na Provisão Real (PROVISÃO..., 1753), o assunto central era que “[...] o gentio arachá [...] tinha pedido missionários, que queriam ser governados por homens brancos”. De acordo com essas mesmas fontes, essa tarefa ficou a cargo do sertanista Antônio Pires de Campos que desde pelo menos 1742 havia firmado um contrato com o governo da capitania de São Paulo e aldeado vários índios Bororo no atual Triângulo Mineiro, na direção do caminho para Goiás, para daí lançar guerra contra os grupos Cayapó (MASCARENHAS, 1896; TAUNAY, 1975). A esse sertanista se juntaram padres jesuítas transferidos da Companhia do Colégio de São Paulo.

[...] Logo que Antonio Pires de Campos a que já mandei chamar chegue a esta Vila, determino que os padres partam juntamente com ele, a cuidarem da redução do gentio, fazendo logo diligência pelo aldearem, que se julga que eles não terão dúvida A parte mais a propósito para a criação desta aldeia é junto ao Rio das Velhas (NORONHA, 1749)

Em 1750 foi então construído o aldeamento de Santana do Rio das Velhas pelo padre jesuíta José de Castilho. E ainda que a Provisão Real de 1753 tenha reproduzido que Antônio Pires de Campos estabeleceu alguns índios Araxá no rio Claro, afluente do rio das Velhas, em Santana e na documentação pertinente aos aldeamentos do Triângulo Mineiro (LOURENÇO, 2015; RAVAGNANI, 1989) não há menção alguma a índios Araxá. Em outra carta, de 1751, agora endereçada ao Padre Bento Soares, o governador relatou a construção do aldeamento pelo padre jesuíta e demonstrou preocupações quanto à sua ocupação.

[...] huma aldêa couza notável [...] boas cazas p.a assistência dos Pes, Capela para dizerem missa, muitas e largas acomodações p.a os índios [...]. Tudo isto [...] está feyto com gde. trabalho do Pe.[José de Castilho] e com não menos despesas da Fazenda Real e não havendo qm. habite estas cazas e cultive estes campos, ficarão se não perdido, ao menos em grande deterioração (NORONHA, 1980, p. 131)

Portanto, apesar do trabalho e dos gastos, Santana nunca chegou a receber os Araxá. Isso levanta duas questões. A primeira é a situação daqueles que Pires de Campos conseguiu aldear no rio Claro. A segunda é porque não chegaram ao aldeamento. No caso um, o destino foi possivelmente a escravidão e a pulverização entre outros índios que o sertanista já tinha aldeado; e, no caso dois, a resposta leva às relações de contatos com outros índios. Ainda de acordo com esses três documentos, os Araxá foram alvos de ataques de grupos Cayapó. Na Provisão Real de 1753, D. José mandou escrever “[...] que se viu a vossa carta [...] sobre as hostilidades que o gentio caiapó fizera ao da nação Arachás estando para se aldear” (PROVISÃO..., 1753). E a referida carta assim noticiava:

[...] o gentio Caiapó tinha feito tal hostilidade aos gentios Arachás, que não só lhes fizera uma grande mortandade, mas depois lhes cativaram todas as mulheres e crianças, as quais levaram para o seu alojamento, para as comerem porque sempre que têm ocasião se sustentam de carne humana. Com esta novidade foi preciso tomar diversas medidas, porque, da nação Arachás, não ficou mais do que mortos, porque os homens extinguiu, o gentio Caiapó, totalmente. (NORONHA, 1780)

A despeito do real destino final dos Araxá, há nesse relato algumas pistas importantes; mas para segui-las é preciso “separar o joio do trigo”. O paradeiro de parte dos Araxá que estavam na passagem do rio Grande não foi a barriga dos Cayapó. Ao contrário do que ocorreu com os Tupinambá do litoral, não há na vasta documentação acerca dos Cayapó qualquer testemunha ocular que descreveu ou observou a devoração canibal, sendo ela mencionada sempre de maneira indireta “porque gostam de carne humana” (CAMPOS, 1976, p. 182) ou “porque sempre que tem ocasião se sustentam de carne humana” (NORONHA, 1780). Além disso, uma longa tradição etnológica brasileira (CUNHA; CASTRO, 1985; FAUSTO, 2001; GORDON, 2006) tem por certo que a predação canibal, característica dos sistemas sociocosmológicos Tupi, é totalmente ausente nos grupos Jê. Neste caso, a antropofagia deve ter sido usada como símbolo da selvageria que se queria imputar aos gentios. Descartada essa pista, chama a atenção outras duas: os Cayapó haviam matado todos os homens Araxá e levado suas mulheres e crianças. Tratava-se, pois, de uma guerra de saque com cativos a respeito da qual há indícios históricos e etnológicos associáveis.

A guerra foi, para esses grupos Cayapó, uma constante durante o período colonial. Acontece que quando se lançaram contra os não índios nunca fizeram cativos e sempre miraram o saque de bens materiais. Diversas fontes do período anotaram que eles estavam “roubando os viajantes”, “levando os despojos” (MELO, 1764) e matando todos, pois “[...] que nem as crianças perdoam, nem dão quartel a pessoa alguma” (MASCARENHAS, 1896, p. 185). Portanto, nos ataques contra não índios o tratamento de homens, mulheres e crianças era indiferenciado, e o objetivo final dessas contendas era o saque de bens móveis. Em contraste com as guerras de saque com cativos que lançaram contra os Araxá, os choques com os não índios eram guerras de saque sem cativos.

Essa apropriação e incorporação diferencial da alteridade entre grupos Cayapó é confirmada pela etnografia dos grupos Jê. À semelhança dos dados documentais, quando os Mebengokré se lançavam contra os não-índios, “o único motivo [...] era a obtenção de armas de fogo e bens manufaturados” (TURNER, 1992, p. 329); mesmo caso dos ataques dos Mekrãnoti, que ao se lançarem contra grupos estrangeiros externos, isto é, não Jê, tinham o interesse em adquirir itens de cultura material (VERSWIJVER 1992; GORDON, 2006). Por sua vez, os ataques dos Xikrin contra os Gorotiré, grupos linguisticamente aparentados, tinham como objetivo “[...] roubar crianças e mulheres. [...]. Homens adultos eram mortos, nunca aprisionados” (VIDAL, 1977, p. 46). Mesmo que os Xikrin tenham estabelecido uma ampla rede de guerras com diferentes grupos indígenas culturalmente diferentes entre si, dos quais incorporavam alguns bens, eles preferiram o aparentamento linguístico para lançar guerras de rapto de pessoas (GORDON, 2006, p. 122-126). Como modelo síntese desse processo diferencial de apropriação das alteridades, entre grupos Kayapó, Mekrãnoti Verswijver (1992) identificou dois tipos de guerras: as externas, movidas contra estrangeiros, que visavam sobretudo o roubo de bens materiais; e as internas, movidas contra grupos indígenas linguisticamente aparentados, que visavam o rapto de mulheres.

Quando se voltam às pistas do documento que tentou esclarecer o fato dos Araxá nunca terem sido aldeados em Santana, há então muitas semelhanças com as guerras internas dos grupos Jê descritas pela etnologia. Afinal, os Cayapó não só “fizeram uma grande mortandade” nos homens Araxá, como “cativaram todas as mulheres e crianças” (NORONHA, 1780). Assim, se está correta a associação entre vestígios e sobras da história, da arqueologia e da etnologia, os Araxá deviam ser grupos associados a uma unidade inclusiva maior Cayapó ou, no mínimo, grupos linguisticamente próximos. Neste caso, se os Araxá são descendentes dos Cataguá, é preciso considerar que estes deviam usar grandes botoques labiais e auriculares e de que, portanto, uns e outros estavam bem mais próximos de uma filiação Jê.

Sobras e Mosaicos: Uma Possível Conclusão.

Ao juntar pedaços aparentemente desconexos e dispersos não se quis chegar a verdades irrefutáveis. Antes, se quis com base em novas marcas reabrir um processo já arquivado. Pistas recentemente descobertas davam novas direções e rumos a investigações aparentemente solucionadas e não poderiam, por isso, ser descartadas. Afinal, foram sempre a teimosia e a inquietação o motor do conhecimento. Por isso é que o trajeto dessa história saiu da invisibilidade Araxá na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba e chegou, na historiografia e na tradição popular do XIX, às relações entre Araxá – Cataguá – Tupi. E é por isso também que, após mais de um século de uma versão não confirmada, as coisas não poderiam permanecer imutáveis.

À medida em que se avolumavam contribuições de diferentes áreas do conhecimento seguiu-se um processo de associar pistas, de se passar de umas às outras e encadeá-las num todo interpretativo. Nesse jogo, os meios do trabalho foram semelhantes ao ofício do mateiro, do caçador indígena, do detetive, do cientista e toda forma de pensamento na qual se passa de pedaços e sobras a um rearranjo lógico que permite conhecer o desconhecido.

Marcas da arqueologia apontavam para um horizonte de povoamento proto-histórico de longa duração e continuidade cultural que não era Tupiguarani. Fragmentos documentais indicavam nos Cataguá e Araxá elementos não Tupi. E as marcas etnológicas apoiavam dados documentais nessa mesma direção. Como um caleidoscópio que só funciona se houver homologias entre os pedaços que se movem no seu interior, as semelhanças entre os vestígios levam a compor uma imagem nova. Neste caso, se os Araxá eram descendentes dos Cataguá ainda não está claro, mas, parece certo, nem um nem outro eram tupis.

Referências

- ALMEIDA, Maria Regina Celestino. *Metamorfozes indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- ALVES, Marcia A. A arqueologia no extremo oeste de Minas Gerais. *Revista Espinhaço*, Diamantina, v. 2, n. 2, p. 96-117, 2013.
- ALVES, Marcia A. As estruturas arqueológicas do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro Minas Gerais. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 27-47, 1992.
- ANTONIL, André J. *Cultura e opulência do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.
- APOLINÁRIO, Jusciane. A saga dos Akroá nas fronteiras do sertão. *Tellus*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 83-94, 2003.
- AZEREDO, Jorge P. A. *Requerimento do administrador dos contratos das entradas das Minas de Goiás ao Rei*. Goiás, 23 fev. 1747. Arquivo Histórico Ultramarino, código AHU-ACL-CU-008, cx.4, d.326.
- BARBOSA, Alexandre de Souza. *Descrição dos índios Cayapós e Panarás*. Vocabulário e mapa da região ocupada pelos Caiapós, Uberaba, 2 set. 1918. Arquivo Público de Uberaba.
- BOCCARA, Guillaume. Etnogénesis mapuche: resistencia y reestructuración entre los indígenas do Centro-Sur de Chile. *The Hispanic American History Review*, Durham, v. 29, n. 3, p. 425-461, 1999.
- BOCCARA, Guillaume. Genésis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgens americanos a partir (y mas allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana*, Buenos Aires, v. 13, n. 1, p. 7-19, 2005.
- CALDEIRA, Vanessa A. História Kaxixó: aspectos etnográficos. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 23-30, 2000.
- CAMPOS, Antônio P. Breve notícia do gentio bárbaro que há na derrota das minas de Cuiabá e seu recôncavo, na qual declara-se os reinos [...]. In: TAUNAY, Afonso d'E. (ed.). *Relatos sertanistas*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1976. p. 181-200.
- CARDIM, Fernão. *Tratado da terra e gente do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980.
- CIDADE mineira conserva traços de seu passado indígena. *G1 Notícias*, 5 mar. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1027623-5598,00-CIDADE+MINEIRA+CONSERVA+TRACOS+DE+PASSADO+INDIGENA.html>. Acesso em: 30 maio 2020.
- CUNHA, Manuela C. (org.). *História dos índios Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela C.; CASTRO, Eduardo V. Vingança e temporalidade: os Tupinambá. *Journal de la Société des Americanistes*, Paris, v. 71, p. 191-208, 1985.
- DUBY, Georges. História social e ideologia das sociedades. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: novos problemas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 130-145, 1988.
- ELLIS JUNIOR, Alfredo. *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano*. São Paulo: Nacional, 1934.
- EWART, Elizabeth. *Space and society in Central Brazil: a Panará ethnography*. London: Bloomsbury Academic, 2013.

- FARIA, Manuel de Jesus. *Carta ao capitão Manoel Rodrigues da Costa*, Vila da Pomba, 30 set. 1770. Biblioteca Nacional, RJ, Arquivo Conde de Valadares, códice 18.2.6–d.112.
- FAUSTO, Carlos. *Inimigos fiéis: história, guerra e xamanismo na Amazônia*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- FERREIRA FILHO, Aurelino (org.). *Índios do Triângulo Mineiro- MG: história, arqueologia, fontes e patrimônio: pesquisas e perspectivas*. Uberlândia: EdUFU, 2015.
- FRANCO, Francisco A. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.
- GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- GIRALDIN, Odair. *Cayapó e Panará: luta e sobrevivência de um povo Jê do Brasil central*. Campinas: UNICAMP, 1997.
- GORDON, Cesar. *Economia selvagem: ritual e mercadoria entre os Xikrin Mebêngôkre*. São Paulo: EdUNESP/ISA 2006.
- GUIMARÃES, Carlos Magno. O quilombo do Ambrósio: lenda, documentos e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 26, n. 1-2, p. 161-174, dez. 1990.
- JOSÉ, Oliam. *Indígenas de Minas Gerais: aspectos sociais, políticos e etnológicos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.
- KARASCH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás:1780–1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro (ed.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 397-412.
- LENDA da Caturra. *DescubraMinas.com*. Disponível em: http://www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoPagina.aspx?cod_destino=41&cod_pgi=1203. Acesso em: 8 jun. 2020.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mitológicas: o cru e o cozido*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996. v. 1.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. 11. ed. Campinas: Papyrus, 2010.
- LOURENÇO, Luis A. B. Populações indígenas e política indigenista no Triângulo Mineiro nos séculos XVIII e XIX. In: FERREIRA FILHO, Aurelino (org.). *Índios do Triângulo Mineiro*. Uberlândia: Editora Universitária UFU, 2015. p. 25-56.
- MAGALHÃES, Wagner. *Estudo arqueométrico dos sítios arqueológicos Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes/MG*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MANO, Marcel. Metáforas históricas e realidades etnográficas: a construção de uma história do contato Kayapó no Triângulo Mineiro. *Caderno de Pesquisa CDHIS*, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 326-347, 2010.
- MANO, Marcel. Negros e Índios nos sertões das minas: contatos e identidades. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 31, n. 56, p. 511-546, 2015.
- MASCARENHAS, Luis. Regimento que há de observar Antônio Pires de Campos, Vila Boa, 15 jul. 1748. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. 22, p. 210-213, 1896.
- MASCARENHAS, Luis. Regimento que há de usar os Capitães de Cavalo, Vila Boa, 6 jan. 1742. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. 22, p. 166-169, 1896.
- MASCARENHAS, Luis. Registro de um bando sobre a guerra que se pretende fazer ao gentio Cayapó, Vila Boa, 17 fev. 1745. *Documentos Interessantes para a história e costumes de São Paulo*, São Paulo, v. 22, p. 185-187, 1896.
- MATOSO, Caetano da Costa. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999.

- MATTOS, Izabel M. O litígio Kayapó no sertão da Farinha Podre (1847- 1880). *Dimensões*, Vitória, v. 18, p. 139-148, 2006.
- MEDEIROS, João Cabral. *Cultura material lítica e cerâmica das populações pré-coloniais dos sítios Inhazinha e Rodrigues Furtado, município de Perdizes, MG estudo de cadeias operatórias*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- MELO, João M. *Ofício do ao secretário de Estado*. Vila Boa, 7 jun. 1764. Arquivo Histórico Ultramarino, códice AHU-ACL-CU-008, cx.20, d.1220.
- METRAUX, Alfred. *A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guaranis*. 2. ed. São Paulo: Nacional: EDUSP, 1979.
- MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John M. Os guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI – XVII. In: CUNHA, Manuela C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 475-498.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e historiadores: estudos de história indígena e do indigenismo*. 2001. Tese (Livre Docência) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- NORONHA, D. Marcos. Carta ao Padre Bento Soares. Vila Boa, 16 mar. 1751. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, Goiânia, n. 9, p. 130-1, 1980.
- NORONHA, D. Marcos. *Carta ao rei D. João V*. Vila Boa, 29 dez. 1749. Arquivo Histórico Ultramarino. Códice AHU-ACL-CU-008, cx. 5, d.427.
- NORONHA, D. Marcos. *Carta ao rei D. José*. Vila Boa, 24 jan. 1751. Arquivo Histórico Ultramarino AHU-ACL-CU-008, cx. 6, d.465.
- OLIVEIRA, João P. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- OLIVEIRA, Machado. Os Cayapó, suas origens, descobrimentos, acometimentos [...]. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 24, p. 491-525, 1973.
- PAMPLONA, Ignácio C. *Carta a d. Rodrigo José de Menezes*. Quartel das Cabeceiras dos Dourados, 23 abr. 1781. Arquivo Público Mineiro, Casa dos Contos, códice: APM-CC-cx. 87, d.20256.
- PAMPLONA, Ignácio Correia. *Carta ao conde de Valadares*, São Simão do Rio da Ajuda, 7 out. 1769a. Biblioteca Nacional, Secção de manuscritos, Arquivo Conde de Valadares, códice 18.2.6, d.2.
- PAMPLONA, Ignácio Correia. *Carta ao conde de Valadares*. [s. d.]. Biblioteca Nacional, Arquivo Conde de Valadares, microfilme, códice MS 575(1), d.7.
- PAMPLONA, Ignácio Correia. *Carta ao conde de Valadares*. 15 nov. 1769b. Biblioteca Nacional, Arquivo Conde de Valadares, códice: 18.2.6, d.19.
- PONTES, Hildebrando. *História de Uberaba e a civilização no Brasil central*. Uberaba: Academia de Letras do Triângulo Mineiro, 1970.
- PROVISÃO do rei D. José, ao governador e capitão general de Goiás, Lisboa, 28 maio 1753. Arquivo Histórico Ultramarino, códice AHU-ACL-CU-008, cx.6, d.569
- RAVAGNANI, Oswaldo Martins. Aldeamentos goianos em 1750 – os jesuítas e a mineração. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 30-32, p. 111-132, 1989.
- REMANESCENTE dos índios Arachás representa Minas na Rio+20. **Clarim.net**, 17 jul. 2012. Disponível em: <https://clarim.net.br/index.php/noticia/2816>. Acesso em: 7 abr. 2020.
- RIBEIRO, Nubia B. *Os povos indígenas e os sertões das minas do ouro no século XVIII*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, 2008.
- RODRIGUES, Ayron D. Macro-Jê. In: DIXON, R.M.W.; AIKHENVALD, A.Y. (org.). *The amazonian languages*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. p. 164-206.
- RODRIGUES, Ayron. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2002.

ROSA, João Guimarães. Minha gente. In: ROSA, João Guimarães. *Sagarana*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015. p. 165-205.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goyaz*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

SPIX, Johann Baptist; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp. *Viagem pelo Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938. v. 1.

TAUNAY, Afonso. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

TORREZÃO, Alberto. Vocabulário Puri. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 52, p. 511-514, 1889.

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, Manuela C. (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 311-338.

VASCONCELOS, Diogo. *História antigas das Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1934.

VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

VERSWIJVER, Gustaaf. *The club-fighters of the Amazon*. Warfare among the Kayapó indians of Central Brazil. Gent: Rijksuniversiteit te Gent, 1992.

VIDAL, Lux B. *Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os kayapó-xikrin do Rio Catete*. São Paulo: Hucitec, 1977.

*Minicurrículo do Autor:

Marcel Mano. Doutor em Ciências Sociais (Antropologia) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas (2006). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia. Investigação financiada pelo CNPq (Processo n° 425161/2018-8). E-mail: marcelmano@ufu.br.